

BICHO DA SEDA: O ESPAÇO DOS OPERÁRIOS DAS FÁBRICAS DE FIAÇÃO E TECELAGEM EM PELOTAS.

SILKWORM: THE WEAVING AND WIRING FACTORY WORKERS ENVIRONMENT IN PELOTAS (BRASIL)

Cíntia Vieira Essinger¹

RESUMO: O Livro de Registro de sócios do Sindicato de Empregados das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Pelotas é um instrumento de valiosa importância para os que se debruçam sobre a questão dos operários pelotenses das décadas de 1940/1950. Através das informações nele anotadas, foi possível entender as várias relações que, como os fios com que os operários trabalhavam, teciam sua realidade não só dentro do ambiente fabril, mas também no espaço da casa e da cidade. Através deste estudo, encontrou-se operários jovens, trabalhando no ritmo das máquinas, controlados por mestres e contramestres, num ambiente insalubre. Uma maioria feminina comandada por chefes homens. Horários rígidos, pausas vigiadas: controle social. Na cidade, se concentravam em algumas regiões, geralmente próximas ao seu local de trabalho.

Palavras-chave: Operários, Sindicato, Produção têxtil, Patrimônio cultural.

INTRODUÇÃO

Aproximar-se da realidade vivida pelos operários das indústrias de fiação e tecidos em Pelotas nas décadas de 1940/50 foi o objetivo primeiro deste trabalho.

Através do **Livro de Registro de Sócios do Sindicato de Empregados das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Pelotas** – documento que se encontra no acervo do Núcleo de Documentação Histórica do Instituto de Ciências Humanas da UFPel – foi possível analisar diferentes e importantes dados sobre estes operários e, a partir daí, seguir à procura de informações que pudessem complementar e ilustrar estes dados, como as plantas das casas, fotografias, mapas.

Uma contribuição importante ao trabalho foi o depoimento dos

¹ Arquiteta e Urbanista, Especialista em História do Brasil. Professora Substituta na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas. Mestranda em Memória e Patrimônio UFPel. E-mail: ita.essinger@terra.com.br

História em Revista, Pelotas, 97 - 143, v. 12, dez./2006; v. 13, dez./2007

antigos operários da fábrica Fiação e Tecidos Pelotense, Maria, Paulo e Danilo Plá. Os irmãos Plá trabalharam nesta fábrica da década de 50 até a de 70, e através de seus relatos foi possível entender o funcionamento da fábrica e esclarecer alguns pontos que o livro não fornecia, como horários de trabalho, menores operários e condições do trabalho dentro da fábrica.

Os registros do citado livro estão divididos em dois períodos. O primeiro inicia no ano de 1946 e o segundo em 1953. O último período é o mais longo, pois ali estão contidos dados de operários que se aposentaram até a década de 70, ou que saíram com o fechamento da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense, em 1974. Os dados nele anotados dão conta de informações valiosas sobre os operários das fábricas de fiação e tecido pelotenses, sindicalizados nas décadas de 1940/50, como nome completo, idade, endereço, função que exerceram na fábrica, entre outras, o que possibilitou uma pesquisa, que, de alguma maneira, tirou os trabalhadores do anonimato e, desta forma, as relações estabelecidas durante o trabalho puderam ser humanizadas. Este é um dos grandes valores que o livro deixou para os pesquisadores.

Num primeiro momento, as informações variáveis como função, gênero e idade foram analisadas, procurando entender as relações que existiam entre homens e mulheres, entre operários de diferentes idades e sobre os tipos de funções existentes dentro da fábrica. O espaço da produção também foi analisado, e o relato dos antigos operários contribuiu para que fossem tecidas algumas considerações com relação ao processo de fabricação dos fios e tecidos, o ambiente e as condições de trabalho.

Em seguida foram espacializados os endereços dos operários em um mapa da cidade. Esta análise mostrou algumas manchas ao longo da malha urbana de maior concentração de residências operárias. Observou-se, a partir daí, a proximidade da fábrica, a relação com a legislação de construções vigente na época e o aspecto atual das regiões de maior concentração operária com o objetivo de verificar se estas áreas conservam ainda hoje uma unidade ou a identidade original.

Os endereços foram então utilizados em uma busca no Arquivo de plantas da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU). As plantas arquitetônicas encontradas foram digitalizadas e analisadas tipológica e formalmente, com o objetivo de entender o espaço habitado pelos operários. Os dados retirados das plantas serviram

ainda para buscar informações sobre as relações de propriedade das casas em que residiam os operários e sobre a utilização de agentes especializados na confecção dos projetos das casas.

Por fim, com a intenção de apontar para futuras propostas práticas, buscou-se analisar a preocupação atual, por parte de políticas públicas, com as moradias destes operários, ainda existentes na paisagem da cidade. Isto foi feito cruzando os endereços anotados no livro com os endereços listados pelo Inventário do Patrimônio Cultural de Pelotas. Esta análise resultou em um número de prédios, hoje em situação de inventariamento, que poderão no futuro ser objeto de um projeto de tratamento diferenciado.

Mapear as regiões onde estes operários se concentravam, analisar as relações vividas no espaço da fábrica - onde permaneciam a maior parte de seus dias, estudar o espaço onde residiam, torna-se importante para podermos, atualmente, atribuir valores históricos a estes espaços, qualificando-os para sua preservação, enquanto registros de uma parcela da população pelotense e enquanto identidade de uma zona da cidade.

OS OPERÁRIOS NO ESPAÇO DA FÁBRICA

Entre os registros estudados, foi encontrado um total de **1514** operários. Nos dados do primeiro período, que iniciou no ano de **1946**, foram anotados 868 operários, distribuídos entre as fábricas **Fiação e Tecidos Pelotense, Fábrica de Tecidos, Sociedade Ind. do Linho F. Sta. Rita**. No segundo período, registrado a partir de **1953**, encontrou-se 646 trabalhadores, entre as empresas **Fiação e Tecidos Pelotense e Laneira Brasileira**. Nos dois períodos, a fábrica de Fiação e Tecidos Pelotense foi a que apareceu como maior empregadora, e por este motivo, as análises estiveram focadas nesta empresa.

Inaugurada em 1908, a Companhia Fiação e Tecidos tinha suas instalações localizadas na zona do porto de Pelotas, ocupando um quarteirão inteiro entre as ruas Almirante Tamandaré, Uruguai, Xavier Ferreira e Garibaldi.

Ribeiro (1988, p.102-116) descreveu minuciosamente o processo fabril de transformar o algodão em fio e o fio em tecido. O objeto de seu estudo foram fábricas têxteis paulistas do final do século XIX e início do XX. Conforme o relato dos ex-operários da

fábrica Fiação e Tecidos Pelotense, os irmãos Maria, Paulo e Danilo Plá, o processo de produção da fábrica em que trabalharam era semelhante².

O algodão chegava de navio, em fardos de 200 kg, no porto de Pelotas. Os fardos eram transportados por operários até o depósito de algodão da fábrica. O processo iniciava com a seleção das felpas de algodão, passando pela mistura de felpas de diferentes fardos – nessa fase o trabalho era manual. As felpas passavam por uma limpeza e a seguir eram transformadas em mantas ou rolos pelas máquinas chamadas abridores e batedores. Logo depois passavam pelas cardas para serem transformadas em fitas e em seguida, pelas maçarqueiras e fiandeiras, de onde surgiam os fios. Antes de chegarem à seção de tecelagem os fios eram engomados. Conforme o tipo de tecido a ser produzido, o fio podia passar ou não pela tinturaria ou alvejamento, onde o trabalho era manual. Na tecelagem, os fios horizontais e verticais eram cruzados e entrelaçados, passando por várias máquinas. Os fios para a urdidura³ iam para os carretéis e depois para as urdideiras, que alimentavam o tear. Os fios da trama⁴ iam para as espulas, para as lançadeiras e em seguida para o tear. A peça de tecido passava pelo setor de revisão, em que operárias tinham a função de examinar todo o comprimento do tecido, procurando alguma imperfeição. A partir daí, o tecido pronto e revisado ia para a fase de acabamento, sendo cortado e enfardado.

Através das descrições dos irmãos Plá e da autora antes referida, pode-se perceber que o trabalho na fábrica era realizado por operários e por máquinas, e que o ritmo desse trabalho era ordenado pelas últimas. Conforme Ribeiro (1988, p. 115) “a ação do operário fazia-se restrita no sentido de servir à máquina, alimentando-a com matéria-prima e cuidando-a quando de uma avaria.”

Nas figuras 1 e 2 é possível observar a quantidade de maquinário utilizado pela fábrica Fiação e Tecidos Pelotense, na década de 1910.

Observando a planta baixa da fábrica (figura 3) e relacionando

² Entrevista concedida à autora em 22 de maio de 2006.

³ Urdidura são os fios que são tecidos no sentido longitudinal, paralelos e que vão de um extremo a outro da peça. (RIBEIRO, 1988, p. 104).

⁴ Os fios da trama são cruzados perpendicularmente aos da urdidura, no sentido transversal do tecido. Idem.

os espaços da produção com os relatos dos antigos operários e os dados de Maria Alice Rosa Ribeiro, pode-se entender o caminho que percorria o algodão desde a sua chegada, em estado bruto, até sua saída, em forma de vários tipos de tecidos.



Figura 01: Seção de fição. Fonte: Damascq, 191E.



Figura 02: Seção de teares.
Fonte: Costa, 1922.



Figura 03: Planta baixa das instalações da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense. Fonte: NEAB / FAUrb / UFPel.

Fábrica têxtil: força de trabalho feminina, chefia masculina. Ritmo de máquinas

Os gráficos abaixo demonstram as proporções entre operários e operárias, em cada fábrica registrada no livro:

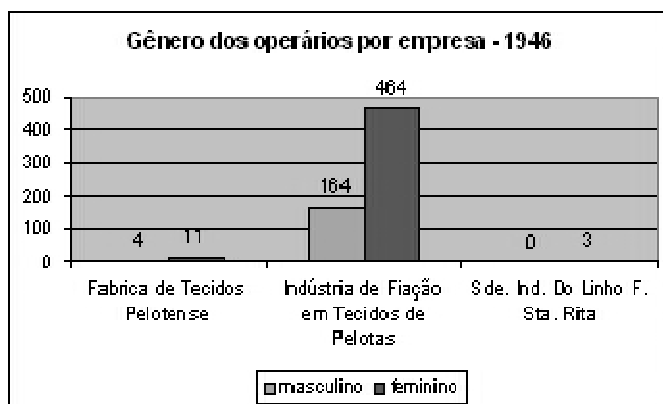


Figura 04: Gênero dos operários por empresa – 1946. Fonte: Livro de Registro de Sócios do Sindicato de Empregados das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Pelotas, 1946.

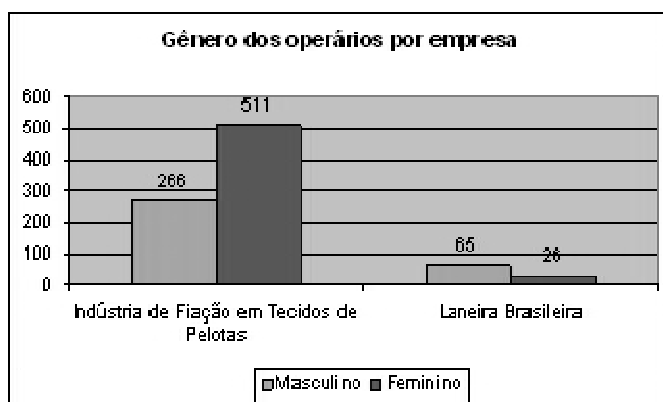


Figura 05: Gênero dos operários por empresa – 1953. Fonte: Livro de Registro de Sócios do Sindicato de Empregados das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Pelotas, 1946.

Pode-se perceber que, com exceção da empresa Laneira Brasileira, a maioria dos operários eram mulheres. Este fato podia já ser percebido em 1909, quando inaugurou a Companhia Fiação e Tecidos Pelotense:

A produção (morins, algodões, brins e riscados), principiou em Maio e as vendas em Junho; porém, foi, no princípio, de pequena

escala, até Novembro. Neste mês, a 14, fez-se a inauguração oficial, com brilhante êxito; nesta data, trabalhavam na fábrica 4 mestres, 10 contramestres, **108 operários e 238 operárias**. (DOMECCQ' & CIA, 1916, p.227. Grifo nosso).



Figura 06: Operários da fábrica de Fiação e Tecidos Pelotense em uma das seções. Maioria feminina.
Fonte: DOMECCQ', 1916.

Observando fotos da época, que mostravam o interior da fábrica, pode-se perceber a maioria feminina entre os trabalhadores (figura 6).

O fato das mulheres serem a maioria entre os operários das indústrias têxteis - como foi o caso deste estudo, onde 67,6% do contingente operário era feminino - é afirmado por alguns autores, que debatem a questão da mulher trabalhadora.

Segundo Maria Valéria Junho Pena (1981, p. 137-142) uma das razões para este tipo de indústria ter absorvido na sua maioria o trabalho feminino, é a de que as tarefas realizadas dentro da fábrica de fiar e tecer não exigiam trabalhadores especializados, e além disso, era este o ramo que pagava os menores salários. Sendo as mulheres consideradas pela sociedade da época, segundo a autora, “trabalhadoras complementares” e sua especialização e treinamento terem sido, de certa forma, barrados pela regulamentação do ensino técnico, era na indústria têxtil que encontravam trabalho.

Maria Alice Ribeiro (1988) concorda com a autora acima referida na questão da falta de especialização dos operários da indústria têxtil:

A instrução, o conhecimento de um ofício tornavam-se desnecessários. Desqualificava-se o trabalho, retirando seu conteúdo. Para realizar tarefas simples e repetitivas a aprendizagem era rápida e desnecessário o emprego de

trabalhadores portadores de domínio de um ofício. Assim, a entrada de mulheres e menores na fábrica de tecidos responde aos requisitos de um processo de trabalho marcado exclusivamente pela necessidade de atenção e de uma certa agilidade nos dedos para remendar os fios. (RIBEIRO, 1988, p. 190-191)

As funções exercidas pelos operários dentro da fábrica eram várias. No livro estudado estão registrados 63 tipos de ofícios. Entre eles, os que mais empregavam operários, eram, na seguinte ordem, os de **tecelagem** (31,6%), **fiandeiro** (23,8%), **industrial** (17,2%) e **servente** (11,8%).

Analisando a tabela 1, que lista o número de operários por função e as proporções entre operários e operárias em cada ofício exercido, podemos observar uma hierarquização das funções dentro da fábrica têxtil. Havia tarefas masculinas e tarefas femininas claramente distintas. Das 63 funções arroladas, 38 eram especificamente masculinas, 16 ocupavam homens e mulheres e apenas nove eram funções femininas. É dessa “sexualização de ocupações” que falam Bruschini e Rosemberg (1982, p.15). Segundo as autoras, isto seria fruto da segregação populacional que levaria as mulheres trabalhadoras a se concentrarem em um pequeno número de ocupações, e conseqüentemente a receberem os menores salários, já que o grande número de trabalhadoras ficava restrito ao pequeno número de ocupações a elas permitidas. Além disso, as funções dadas às mulheres eram sempre as de menor prestígio.

Os cargos de chefia, como **chefe de fição, enfardação e tinturaria e contra-mestre de tecelagem e fição**, em todos os casos eram dados aos homens. A dominância masculina na chefia das tarefas da fábrica demonstra que as mulheres, mesmo sendo a maioria da força de trabalho dentro da fábrica, eram comandadas pelo sexo oposto.

Tabela 1: Número de operários (H) e operárias (M) por ofício.

	Ofício	operários em 1946				operários em 1953				total geral	%
		M	%	H	%	M	%	H	%		
ocupações masculinas e femininas	Tecelã(o)	245	37,9	30	4,6	167	19,3	36	4,2	478	31,6
	Auxiliar de liças	10	1,5	4	0,6	2	0,2	3	0,3	19	1,3
	Enfardador	1	0,2	3	0,5	0	0,0	1	0,1	5	0,3
	Fiandeira(o)	197	30,4	45	7,0	104	12,0	14	1,6	360	23,8
	Auxiliar de escritório	0	0,0	5	0,8	1	0,1	0	0,0	6	0,4
	Auxiliar de urdição	2	0,3	1	0,2	0	0,0	0	0,0	3	0,2
	Auxiliar de depósito	2	0,3	1	0,2	1	0,1	0	0,0	4	0,3
	Auxiliar de contra-mestre	0	0,0	1	0,2	1	0,1	1	0,1	3	0,2
	Auxiliar de fiação	0	0,0	1	0,2	1	0,1	2	0,2	4	0,3
	Dobrador	3	0,5	4	0,6	3	0,3	1	0,1	11	0,7
	Penteadeira das peças	1	0,2	0	0,0	0	0,0	1	0,1	2	0,1
	Revisor(a) de peças	1	0,2	0	0,0	1	0,1	1	0,1	3	0,2
	Servente	3	0,5	0	0,0	115	13,3	61	7,0	179	11,8
	Aprendiz	0	0,0	0	0,0	17	2,0	8	0,9	25	1,7
	Industriário	0	0,0	0	0,0	113	13,0	147	17,0	260	17,2
	Classificador de lã	0	0,0	0	0,0	1	0,1	2	0,2	3	0,2
	Contra-mestre de tecelagem	0	0,0	11	1,7	0	0,0	10	1,2	21	1,4
	Ronda da noite	0	0,0	1	0,2	0	0,0	1	0,1	2	0,1
	Auxiliar de branqueação	0	0,0	9	1,4	0	0,0	1	0,1	10	0,7
	Auxiliar tintureiro	0	0,0	10	1,5	0	0,0	0	0,0	10	0,7
Auxiliar de enfardação	0	0,0	9	1,4	0	0,0	0	0,0	9	0,6	
Auxiliar de engomação	0	0,0	5	0,8	0	0,0	0	0,0	5	0,3	
Mecânico	0	0,0	1	0,2	0	0,0	5	0,6	6	0,4	
Chefe de fiação	0	0,0	1	0,2	0	0,0	1	0,1	2	0,1	
Contra-mestre de fiação	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	1	0,1	
Auxiliar de apontador	0	0,0	1	0,2	0	0,0	0	0,0	1	0,1	
Carregador de fio	0	0,0	4	0,6	0	0,0	0	0,0	4	0,3	
Sub-chefe de fiação	0	0,0	1	0,2	0	0,0	0	0,0	1	0,1	
Auxiliar da revisão das peças	0	0,0	1	0,2	0	0,0	0	0,0	1	0,1	
Ajeitador	0	0,0	2	0,3	0	0,0	0	0,0	2	0,1	
Chefe da enfardação	0	0,0	1	0,2	0	0,0	0	0,0	1	0,1	
Chefe da engomação	0	0,0	1	0,2	0	0,0	1	0,1	2	0,1	
Auxiliar das peças	0	0,0	1	0,2	0	0,0	1	0,1	2	0,1	
Pelucidor(a)	0	0,0	2	0,3	0	0,0	1	0,1	3	0,2	
Conservação	0	0,0	2	0,3	0	0,0	2	0,2	4	0,3	
Porteiro	0	0,0	1	0,2	0	0,0	3	0,3	4	0,3	
Carpinteiro	0	0,0	3	0,5	0	0,0	3	0,3	6	0,4	
Ajudante de mecânico	0	0,0	1	0,2	0	0,0	1	0,1	2	0,1	
Engomador	0	0,0	0	0,0	0	0,0	5	0,6	5	0,3	
Auxiliar de aprestas	0	0,0	1	0,2	0	0,0	0	0,0	1	0,1	
Guarda V.C.	0	0,0	1	0,2	0	0,0	0	0,0	1	0,1	
Ajudante de maquinista	0	0,0	2	0,3	0	0,0	0	0,0	2	0,1	
Ferreiro	0	0,0	1	0,2	0	0,0	1	0,1	2	0,1	
Carvoeiro	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	1	0,1	
Soldador	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	1	0,1	
Chefe de tinturaria	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	1	0,1	
Ajudante de contra-mestre	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,2	2	0,1	
Máquinas	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	1	0,1	
Pedreiro	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,2	2	0,1	
Serralheiro	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	1	0,1	

ocupações masculinas

	Faquista	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	1	0,1
	Auxiliar de tecelagem	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	1	0,1
	Capataz geral	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	1	0,1
	Eletricista	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	1	0,1
	Auxiliar de administração	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	1	0,1
ocupações femininas	Auxiliar da sala de revisão	1	0,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1
	Sala de revisão	1	0,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1
	Liceira	2	0,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,1
	Limpeza de peças	1	0,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1
	Operária	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0	1	0,1
	Faqueiro	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0	1	0,1
	Urdideira	7	1,1	0	0,0	5	0,6	0	0,0	12	0,8
	Enfiador(a)	1	0,2	0	0,0	2	0,2	0	0,0	3	0,2
	Costureira	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0	1	0,1
	não constava a função	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,2	2	0,1
	totais	478		168		537		331		1514	

Fonte: Livro de Registro de Sócios do Sindicato de Empregados das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Pelotas, 1946.

Operários estrangeiros

Foram encontrados dez operários estrangeiros no primeiro período e seis no segundo, conforme o quadro a seguir, todos empregados na Fábrica de Fiação e Tecidos Pelotense, como demonstra a tabela a seguir.

Tabela 04: Nacionalidade dos operários nos dois períodos.

1946		1953	
Nacionalidade	n° operários	Nacionalidade	n° operários
Brasileira	635	Brasileira	862
Portuguesa	5	Portuguesa	6
Italiana	2		
Uruguaia	1		
Argentina	1		
Polonês	1		

Fonte: Livro de Registro de Sócios do Sindicato de Empregados das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Pelotas, 1946.

Ao iniciar este estudo, havia uma hipótese a ser verificada, em relação à contratação de estrangeiros para cargos de chefia ou de operação de máquinas. Conforme Ribeiro (1988, p.137), no início

da implantação da indústria fabril, mestres e contra-mestres europeus eram trazidos ao Brasil, para colocar as máquinas em funcionamento e para treinar os operários brasileiros.

O livro de registros mostrou que, no período de 1946, por exemplo, um dos operários de origem italiana, Luiz Piloto (ver figura 7), era chefe de fiação, mas sua conterrânea Francisca Porto, era tecelã. O português Clemente Pinho era chefe de engomação e Guilherme Lopes, contra-mestre de tecelagem, mas os outros operários da mesma naturalidade não exerciam cargo de chefia.

Analisando a figura 7, percebe-se que a maioria dos homens estrangeiros exerciam cargos de chefia, mas alguns deles eram contratados para outros serviços. Joaquim Pinho, por exemplo, um português, exercia o cargo de guarda V.C. e Manuel Oliveira, de mesma nacionalidade, era fiandeiro.

A relação encontrada foi a de que, em 1946, dos sete operários homens, quatro exerciam cargo de chefe ou contra mestre. Em 1953, de quatro, apenas um não exercia chefia.

Já com as operárias a relação é diferente. Nenhuma exercia cargo de chefia. Das três encontradas em 1946, uma era tecelã e as outras duas eram fiandeiras. Em 1953, duas foram registradas: Maria da Silva, servente e Maria Oliveira, fiandeira. Isto reforça o que foi dito anteriormente: às mulheres não cabiam as chefias.

Figura 07: Operários estrangeiros.

Nome	Local de Trabalho	Idade	Ofício
1946			
Itália			
Francisca Domingos Delucis Porto	Indústria de Fiação em Tecidos de Pelotas	47	Tecelão(ã)
Luiz Piloto	Indústria de fiação em tecidos de Pelotas	62	Chefe de Fiação
Uruguai			
Francisca Quadrado	Indústria de Fiação em Tecidos de Pelotas	49	Fiandeiro(a)
Portugal			
Antonio Marques Assunção	Indústria de Fiação em Tecidos de Pelotas	79	Fiandeiro(a)
Clemente Pinho	Indústria de Fiação em Tecidos de Pelotas	47	Chefe de Engomação
Guilherme Lopes	Indústria de Fiação em Tecidos de Pelotas	59	Contra Mestre Tecelagem
Gentil Figueiredo	Indústria de Fiação em Tecidos de Pelotas	46	Auxiliar Tintureiro
Joaquim Pinho	Indústria de Fiação em Tecidos de Pelotas	66	Guarda V. C.
Argentina			
Arlinda Saes	Indústria de Fiação em Tecidos de Pelotas	47	Fiandeiro(a)
Polônia			
Martim Lulciaki	Indústria de Fiação em Tecidos de Pelotas	não consta	Contra Mestre Tecelagem
1953			
Portugal			
Maria J. Oliveira	Indústria de Fiação em Tecidos de Pelotas	32	Fiandeiro(a)
Clemente Pinho	Indústria de Fiação em Tecidos de Pelotas	54	Chefe de Engomação
Guilherme Lopes Maria dos Anjos da Silva	Indústria de Fiação em Tecidos de Pelotas	66	Contra Mestre Tecelagem
Gentil Figueiredo	Indústria de Fiação em Tecidos de Pelotas	53	Chefe Tinturaria
Manoel Oliveira	Indústria de Fiação em Tecidos de Pelotas	32	Fiandeiro(a)

Fonte: Livro de Registro de Sócios do Sindicato de Empregados das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Pelotas, 1946.

Faixa etária dos operários

Em relação à idade dos funcionários, os dados mostraram que, no período de 1946, a maior parte deles estava entre os 20 e os 39 anos. As funções que mais empregavam operários – tecelão e fiandeiro – também confirmaram esta estatística, como mostram os gráficos a seguir:

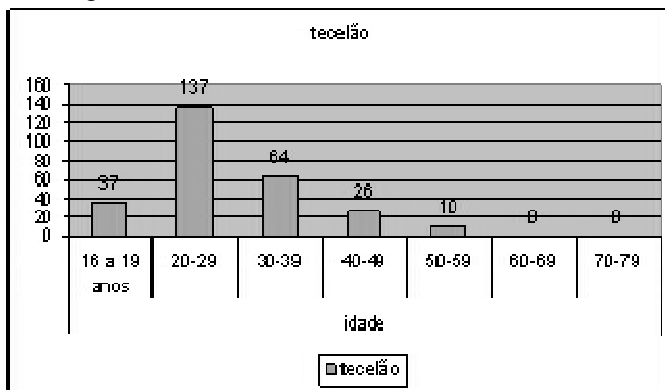


Figura 08: Faixa etária das operárias e operários tecelões. Fonte: Livro de Registro de Sócios do Sindicato de Empregados das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Pelotas, 1946.

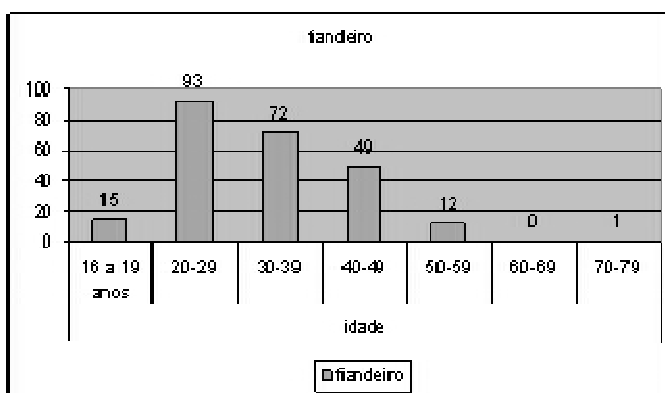


Figura 09: Faixa etária das operárias e operários fiandeiros. Fonte: Livro de Registro de Sócios do Sindicato de Empregados das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Pelotas, 1946.

Relacionando gênero e idade, no primeiro período,

observaram-se mais homens da faixa dos 20 e 30 anos e mais mulheres desde os 16 até os 49, sendo que as faixas dos 20, 30 e 40 anos contaram com o maior número, 193, 133 e 83, respectivamente.

Percebe-se que havia preferência para contratação de trabalhadores mais jovens. Com certeza, mais jovens, os operários podiam oferecer sua melhor agilidade e capacidade de produção, 'valores' apreciados pela administração da fábrica, que visava a produção rápida e em larga escala.

Ribeiro (1988, p.147) chamou atenção para a presença de menores trabalhando na fábrica têxtil. Segundo a autora "a característica marcante do trabalho nas fábricas de tecidos estava no recrutamento massivo de mão-de-obra feminina e infantil e no reduzido número de adultos do sexo masculino". Não foi encontrado, nos registros do Livro de Registro de Sócios do Sindicato de Empregados das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Pelotas, nenhum caso de operário com idade inferior a 16 anos. Segundo os irmãos Plá, havia menores trabalhando nas fábricas estudadas. Danilo entrou na fábrica antes de completar os 14 anos, idade mínima para contratação de menores, conforme a legislação trabalhista em vigor na época⁵. Provavelmente o sindicato não aceitasse menores, pois sua contratação, além de estar em discordância com a CLT, era uma forma de pressão: os menores recebiam a metade do salário de um adulto⁶, para trabalhar o mesmo número de horas. Em momentos de reivindicação por melhores salários ou manifestações contra aumento da jornada de trabalho, algumas fábricas paulistas contratavam menores para trabalhar no lugar dos operários grevistas (RIBEIRO, 1988, p 160).

Horários e controle

Os operários da fábrica Fiação e Tecidos Pelotense trabalhavam de segunda à sexta das sete horas e trinta minutos às onze horas e trinta minutos e das treze horas até dezessete horas e

⁵ A CLT, que regulamentou o trabalho a partir de 1943, traz no seu capítulo IV as disposições sobre o trabalho do menor de 18 anos. Na redação original do artigo 403, proibia o trabalho aos menores de 14 anos. BRASIL. Decreto-Lei n° 5452 de 1° de Maio de 1943. Consolidação das leis do trabalho.

⁶ Danilo Plá contou que na época em que entrou na fábrica, recebia 30 cruzeiros por dia, 900 por mês, enquanto um adulto recebia 1800 cruzeiros.

quarenta e cinco minutos. Aos sábados a fábrica funcionava apenas no turno da manhã.

Paulo e Danilo Plá relataram que às sete horas ouviam-se três apitos vindos da fábrica. Às sete e vinte, dois. Às sete e trinta a sirene da fábrica apitava mais uma vez, e o portão era fechado. Quem não conseguisse entrar até este momento, perdia o dia de trabalho, e conseqüentemente sofria um desconto no salário.

Houve épocas também em que os operários trabalhavam intercalados por turnos: uma turma trabalhava das seis horas da manhã às dez, e retornava às 14 horas para trabalhar até as 18 horas. Outra turma entrava às dez da manhã e trabalhava até as 14, retornando às 18 horas e trabalhando até as 22 horas.

Não havia pausas para descanso, e os minutos para ir ao banheiro eram contados. Conforme os irmãos Plá, os operários podiam ir ao banheiro duas vezes por turno, durante cinco minutos. Na entrada, o Guarda V.C. anotava o nome e o horário da entrada, e fornecia um pedaço de papel higiênico. Quando o operário saía, o guarda V.C. anotava a hora da saída. Estas anotações eram entregues à diretoria da fábrica. Se houvesse demora, ele chamava a atenção, dizendo “tá na hora”. Segundo os Plá, ele dizia tanto esta frase, que ela acabou se tornando seu apelido entre os colegas.

No final de cada turno de trabalho, os operários, faziam fila ante o portão da fábrica, onde alguns eram escolhidos para a revista. Aqueles que eram selecionados iam para uma sala, onde, conforme os irmãos Plá, uma funcionária verificava suas roupas e pertences, em busca de algum objeto ou material furtado. Este tipo de regra era mais uma ferramenta repressora do que propriamente uma preocupação com o patrimônio da empresa.

[In]Salubridade no espaço da produção

Pó, felpas de algodão no ar, pouca iluminação, pouca ventilação, calor e barulho. Este era o ambiente em que trabalhavam os operários da fábrica têxtil.

Analisando a figura 10, que mostra uma vista externa do prédio onde funcionava a fábrica, pode-se observar as aberturas e o sistema de *sheds*⁷ nos pavilhões de fiação e tecelagem. O projeto

⁷ *Shed*: telhados em forma de serra, com um dos planos em vidro para favorecer a iluminação natural. Bastante comum em fábricas e galpões.

do prédio já procurava resolver problemas de carência de ventilação e iluminação, e segundo Moura e Schlee (1998), foi provavelmente um dos primeiros projetos para estabelecimentos industriais a procurar novas soluções arquitetônicas para este tipo de uso.



Figura 10: Vista geral da fábrica de Fiação e Tecidos Pelotense. Fonte: Domecq', 1916.

A carência de aberturas para o exterior estava diretamente ligada à falta de ventilação e conseqüentemente ao calor no interior das instalações fabris. As máquinas funcionavam a vapor, esquentando o ar. Conforme Ribeiro (1988, p.119-120), com o ar confinado, os trabalhadores iam, pouco a pouco e sem perceber, enfraquecendo e ficando vulneráveis a inúmeras doenças.

Os irmãos Plá contaram que, no inverno, se trabalhava de “mangas curtas” e, ao sair da fábrica, sofria-se com a troca de temperatura. No verão, provavelmente, o calor fosse insuportável. Talvez as aberturas existentes no prédio não fossem suficientes para renovar o ar.

Algumas fotografias da época mostraram os lustres pendentes que iluminavam os ambientes. Durante os períodos em que se trabalhava à noite, estas eram as únicas fontes de luz para iluminar o ambiente.

Em dias nublados, quando os *sheds* e as janelas não proporcionavam claridade suficiente, provavelmente as luzes eram acesas.

Observando a figura 11, podemos ver que a quantidade destes lustres era pequena⁸.

Os trabalhadores não utilizavam máscaras ou nenhum outro

⁸ Através da fotografia pode-se também observar a grande quantidade de menores trabalhando na fábrica, na época, em 1916.

tipo de equipamento de segurança. Maria Plá relatou que às vezes até nos cantos dos olhos encontrava algodão. Paulo contou que era comum a lançadeira do tear soltar-se e ser arremessada pela máquina, sem direção, atingindo algum operário. A peça que se soltava era pontiaguda e de metal, podendo causar um sério acidente.

Os irmãos contaram ainda sobre acidentes na máquina de cardar e na chamada “máquina do diabo”, que fabricava a estopa, e que certa vez feriu de forma irreparável o braço de um colega, que precisou ter o membro amputado.



Figura 11: Seção de fição da fábrica Fiação e Tecidos Pelotense. Lustres pendentes em pequeno número. Fonte: Fonte: Domecq, 1916.

A fábrica Fiação e Tecidos Pelotense oferecia atendimento médico aos seus operários. Na planta da fábrica (figura 3) pode-se encontrar o consultório médico. Interessante é observar a proporção deste espaço em relação ao tamanho total da fábrica. A peça em que o médico atendia os operários media 2,50m por 2,70m, ou 6,75m², enquanto as instalações da fábrica ocupavam cerca de 9.900,00m². Considerando que na época em estudo trabalhavam na fábrica cerca de 750 operários (apenas levando em consideração os sindicalizados), é possível concluir que era precário o espaço para o trabalho do médico, o que poderia prejudicar o bom atendimento. Observou-se também a ausência de uma sala de espera para os operários que aguardavam atendimento. O acesso se dava pelo

pátio, e em dias chuvosos ou frios quem esperava não tinha onde se abrigar.

OS OPERÁRIOS E O ESPAÇO DA CIDADE

O mapa que mostra a espacialização dos endereços de operários na malha urbana da cidade indicou claramente uma região de maior concentração de operários da fábrica de Fiação e Tecidos Pelotense na zona do porto da cidade. Era nesta zona que se localizava a referida fábrica, e era a empresa que empregava o maior número dos funcionários do Sindicato de Empregados das Fábricas de Fiação e Tecidos Pelotense. Os operários da fábrica Laneira Brasileira também residiam nas imediações da empresa, mas de forma menos concentrada, como mostra a figura 12.

Morando próximo à fábrica, os operários não tinham despesa de locomoção. Conforme Maria, Danilo e Paulo Plá, os que moravam mais longe usavam ônibus, bonde ou bicicleta para chegar ao trabalho, ficando por sua própria conta as despesas com o transporte.

Analisando os endereços, foi observado um caso interessante na rua General Vitorino, no bairro Fragata. Em 1946 residiam nesta rua nove operários, todos da Fábrica de Fiação e Tecidos Pelotense. Analisando os nomes dos operários, observaram-se operários da mesma família, como Manoel, Jaime e Rosa Oliveira. Pela sua idade – 26, 23 e 19, respectivamente, podemos supor que eram irmãos. Todos exerciam a função de fiandeiros e residiam na rua General Vitorino, nº 85. Eugênia, 39 anos e Áurea Célia Vieira de Souza, 19, que residiam na casa nº 114, poderiam ser irmãs ou mãe e filha. Eugênia trabalhava na sala de revisão e Áurea Célia era tecelã. Da mesma forma, Zuleica e Hercília de Quadros residiam na rua General Vitorino e trabalhavam na Fábrica de Fiação e Tecidos Pelotense, as duas exercendo a função de fiandeiras.

Nos registros do último período ainda permaneciam seis trabalhadores da fábrica Fiação e Tecidos Pelotense residindo na rua General Vitorino, mesmo que nesta época já existisse a Laneira Brasileira localizada mais próxima.

Observando os endereços do período iniciado em 1953, percebeu-se a ocupação de residências no loteamento Nossa Senhora de Fátima (figura 13). Conforme Rosa Rolim de Moura (2005, p.50), este loteamento data da década de 50, foi construído

em terreno da prefeitura, e em 1956 já estava quase completamente ocupado, o que demonstrou a carência por habitação popular da época.

Alguns endereços não puderam ser localizados, pois muitos dos números anotados no livro não existem no mapa da malha urbana utilizado, devido à mudança de numeração dos imóveis em algumas ruas e devido a possíveis desmembramentos ou remembramentos de lotes.

Outra questão que dificultou a localização de alguns endereços foi a informação que o operário forneceu ao sindicato: muitos apenas indicavam o lugar onde moravam (por exemplo, Vila Canela ou Vila do Prado) e o número da casa, sem mencionar o nome da rua, tornando impossível o mapeamento. Neste último caso, buscou-se pontuar o número de endereços encontrado na vila, sem ter a posição exata, para poder mostrar as distâncias em relação à fábrica.



Figura 12: Espacialização dos endereços dos operários na malha urbana de Pelotas.

Fonte: Livro de Registros de Sócios do Sindicato de Empregados das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Pelotas, 1946.



Figura 13: Localização dos endereços de operários e da fábrica Fiação e Tecido Pelotense: concentração próxima ao local de trabalho.

Fonte: Livro de Registros de Sócios do Sindicato de Empregados das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Pelotas, 1946.

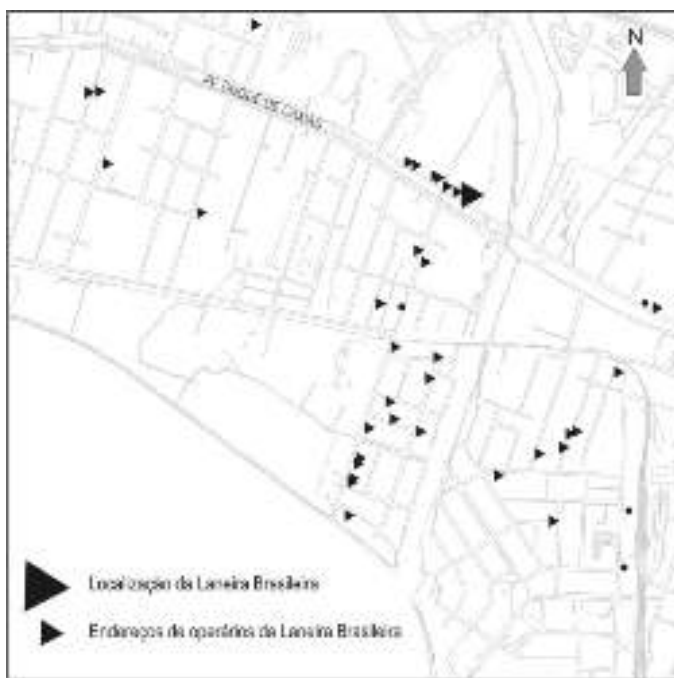


Figura 14: Localização dos endereços de operários e da empresa Laneira Brasileira.

Fonte: Livro de Registros de Sócios do Sindicato de Empregados das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Pelotas, 1946.

OS OPERÁRIOS E O ESPAÇO DA CASA

Para analisar o espaço habitado pelos operários, procedeu-se a uma busca no Arquivo da SMU, através da listagem dos endereços contidos no livro. No Arquivo, a consulta é feita por meio de fichas de papel, onde estão datilografados os dados, organizados por ano. As informações anotadas são: proprietário, responsável técnico, endereço, número da planta e informação quanto à natureza do projeto (construção, acréscimo, etc.). A partir da verificação nessas fichas, um funcionário da Prefeitura faz a busca pelas plantas no arquivo. Embora o número de endereços listados no livro seja expressivo, na consulta às fichas, 35 plantas foram

localizadas, e destas, onze foram encontradas no arquivo. Entre as onze, uma não se referia à construção da casa, e sim a um acréscimo, onde não era representado o prédio por inteiro, apenas a área a aumentar. Restaram dez plantas que mostraram a representação completa da casa em planta baixa.

O objetivo inicial era identificar uma tipologia arquitetônica, ou mesmo um proprietário, construtor, arquiteto ou engenheiro que tivesse sido o principal agente dessa construção. Na impossibilidade de fazer esta análise quantitativa, as plantas encontradas foram analisadas qualitativamente.

A tabela 5 mostra a relação de plantas encontradas, juntamente com dados de proprietário e construtor, que constam nas pranchas, o operário que morou na casa e a função que exerceu na fábrica. Com base nessas informações, podemos observar que os operários não eram proprietários de suas casas. Apenas no caso da operária Ivanilda Lopes podemos supor que o imóvel pertencesse à sua família, se observarmos o nome do proprietário – Dionísio Lopes - que talvez fosse seu esposo. Quanto aos outros operários, é provável que fossem locatários, se observarmos sua profissão dentro da fábrica: tecelãs, fiandeiras e industriárias.

Tabela 05: Relação das plantas de casas de operários encontradas na SMU.

PLANTA n°/ano	ENDEREÇO	OPERÁRIO/PROFISSÃO	PROPRIETÁRIO	CONSTRUTOR
35/17*	Álvaro Chaves, 164	Dora Soares Fiandeira	Hancal Figueiredo Bastos	Hermenegildo Martins Espírito Santo
160/22	Garibaldi, 118	Vários operários	Paulo Wagner	(ilegível) Athayde Filho
48/26	3 de Maio, 27	Iracema S. Diogo Fiandeira	Porfirio Honorio da Silva Sobrinho	João Souza Leite
103/26	Uruguaí, 102	Marli Anemann Aprendiz	João Gayia	Airton (ilegível) Costa
262/28*	Dom Pedro II, 303	Denise Marchand Silva Industriária	Emilio (ilegível)	C. Casaretto Scotto
24/36*	Álvaro Chaves, 204	Cesar Claudio dos Santos Industriário	Armando Aurora	Ilegível
201/46	João Pessoa, 427	Vários operários	Emezais José da Silveira	Ayres Seixas

219/48	João Pessoa, 364	Emilia Ida Kinchofel Tecerã	Alberto Carlos Krüger	Ayres Seixas
23/48*	Dona Mariana, 15	Ivanilda Roquemback Lopes / Industriária	Dionísio Lopes	não consta
220/51	Alvaro Chaves, 226	Alzira Rubira Fiandeira	José Souza Pencarinha	Albino Ramos
* prédio inventariado pela Lei Municipal nº 4568/00				

Fonte: Arquivo da SMU.

Conforme Rosa Rolim de Moura (2005, p.28), com o fechamento do Banco Pelotense na década de 1930, muitos poupadores procuraram nas casas de aluguel uma forma de investimento. Se analisarmos a zona de maior concentração de residências operárias no mapa, observamos incidência de casas vizinhas apontando para a possibilidade de casas geminadas ou em fita, construídas em terreno de mesmo proprietário, provavelmente com o objetivo de aluguel.

Observa-se também que os projetos eram assinados por responsáveis técnicos, nas plantas denominados *constructores*. engenheiros ou arquitetos, provavelmente. Na planta 262/28 encontramos o nome de Carlos Casaretto Scotto, que chegou a Pelotas em junho de 1918, depois de formar-se *engenheiro arquiteto* na América do Norte (Diário Popular, 18 jun 1918, p.2.). Carlos era sobrinho de Caetano Casaretto⁹, e trabalhou com o tio em seu escritório até 1921, quando Caetano se aposentou, passando para o sobrinho suas *acreditadas oficinas de construção* (Diário Popular, 6 jan 1921, p.2).

Entre as décadas de 30 e 40, Carlos Casaretto Scotto foi responsável pela reforma da residência dos descendentes do Senador Joaquim Augusto de Assumpção, como mostrou a pesquisa sobre o histórico da casa do Senador Joaquim Augusto de Assumpção. (GUTIERREZ et al. 2005, p. 18-19) Provavelmente investidores utilizavam os serviços dos engenheiros e arquitetos para suas residências, prédios comerciais e industriais e também para o planejamento e construção de suas 'casas de renda'.

⁹ No jornal Diário Popular de 16 de julho de 1908 encontrou-se a notícia de que o *hábil construtor Caetano Casaretto* havia sido contratado para a construção das fundações do edifício da Fábrica de Fiação e Tecidos Pelotense.

Analisando a planta das 10 casas com as quais se trabalhou, podemos dividi-las em duas tipologias: casas de meia-morada ao rés-do-chão e chalés.

Casas de meia-morada ao rés-do-chão

As casas ao rés-do-chão e com distribuição interna semelhante à encontrada em algumas das casas analisadas já eram citadas por Louis Léger Vauthier¹⁰ no século XIX, quando este descreve, em cartas, as casas de residência brasileiras. Diz ele: que *quem viu uma casa brasileira, viu quase todas*, referindo-se à distribuição interna das casas que via em Pernambuco, na época em que esteve no Brasil. (VAUTHIER, 1975, p. 37).

[...] um traço característico das cidades brasileiras, nas partes de construção mais recente, onde o terreno não é ainda disputado tão avidamente, é a casa que só tem o rés-do-chão, a casa térrea, que só por si enche ruas inteiras. [...] A sala da frente, por onde se entra, abre sobre a rua [...]. Uma ou duas janelas no máximo, eis tudo o que se encontra, além da porta. [...]

Ao fundo da sala da frente, encontraremos as alcovas - ou a alcova única se a largura for pequena -, bem como a porta do corredor que conduz à sala posterior, para a qual dão um ou dois quartos sem iluminação. Esta sala, disposta como a da frente, abre-se sobre um pequeno pátio contíguo à casa e serve, ao mesmo tempo, de sala de jantar e de cozinha, a menos que um pequeno apêndice, que se prolonga sobre o pátio, não desempenhe esse ofício. [...] (VAUTHIER, 1975, p. 62).

Observando uma das casas estudadas, encontramos a distribuição referida pelo engenheiro. A residência localizada à rua Álvaro Chaves nº 164, ainda apresentava as chamadas alcovas, quartos sem iluminação e sem ventilação direta. Esta planta, datada de 1917, regularizou um acréscimo no prédio já existente, mas não alterou as alcovas, como se pode observar na figura 15. Em 1930, o novo Código de Construções de Pelotas exigia, no seu capítulo V, art. 110, que todos os cômodos em prédios, construídos ou reconstruídos a partir daquela data, fossem iluminados e ventilados de forma direta, através de aberturas para a rua ou para áreas. (PELOTAS. Código de Construções, 1930, p.26)

¹⁰ Engenheiro francês que esteve em Pernambuco na década de 1840.



RUA ÁLVARO CHAVES, 164

Figura 15: Planta baixa da residência situada à rua **Álvaro Chaves, 164**. 1-sala; 2-corredor; 3 e 4-alcova; 5-sala; 6-área; 7-passadiço; 8-refeitório; 9-copa; 10-despensa*; 11-cozinha*; 12-WC*. (*acrêscimos) Testada = 5m. Fonte: Arquivo SMU

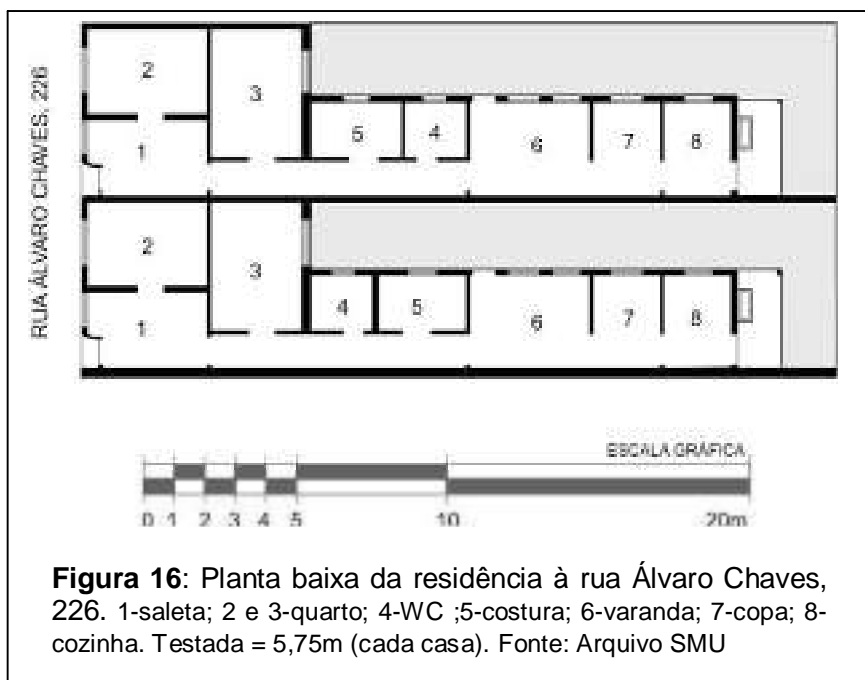


Figura 16: Planta baixa da residência à rua **Álvaro Chaves, 226**. 1-saleta; 2 e 3-quarto; 4-WC; 5-costura; 6-varanda; 7-copa; 8-cozinha. Testada = 5,75m (cada casa). Fonte: Arquivo SMU

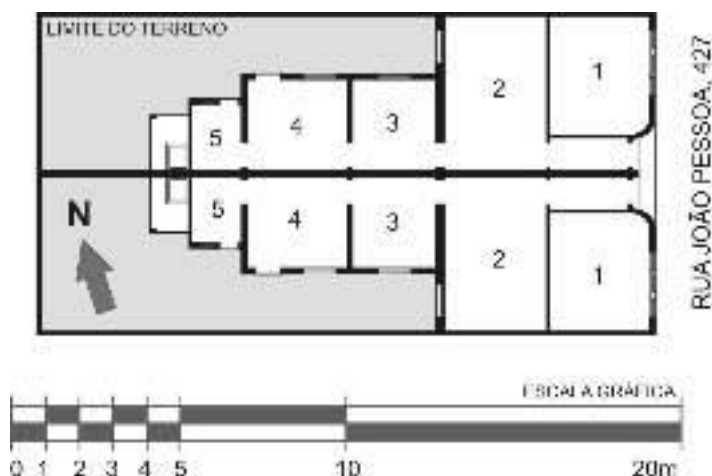


Figura 17: Planta baixa da residência à rua João Pessoa 427. 1-quarto ; 2-sala ; 3-copa ; 4-cozinha ; 5-WC. Testada = 4,8m (cada casa) Fonte: Arquivo SMU

Como na casa descrita por Vauthier, a porta da rua abre-se para a rua e um corredor liga a frente aos fundos do prédio, onde está a cozinha.

Esta maneira de resolver a distribuição dos compartimentos é chamada de **casa de meia morada**, uma das tipologias freqüentes nas construções mais antigas de Pelotas. Adotadas geralmente para terrenos de testada menor, a porta de entrada era colocada sobre uma das laterais e, a partir de um corredor, se dividiam as peças. A peça da frente recebia aberturas para a rua, e as seguintes eram iluminadas a partir de um poço de ventilação e iluminação – o que não foi o caso da casa representada na figura 15, que ainda apresentava alcovas.

Outros dois exemplos de casas de meia morada encontradas entre os endereços dos operários foram as situadas às ruas Álvaro Chaves, 226 e João Pessoa, 427 (figuras 16 e 17). Estas casas foram construídas duas a duas, constituindo casas geminadas¹¹.

Apresentam a porta da frente e a sala voltadas diretamente para a rua e o corredor acompanhando a divisa do terreno, levando

¹¹ Casas construídas encostadas uma à outra, com a parede central em comum (CORONA & LEMOS, 1972, p. 239).

aos fundos do prédio. Já apresentam recuo formando uma área de ventilação e iluminação, não mais apresentando as alcovas o que, segundo Nestor Goulart Reis Filho (1970, p.46), trouxe evidentes vantagens higiênicas.

Segundo Moura (2005, p.71), as casas assim construídas eram na maioria casas de aluguel, onde um lote era parcelado no maior número de terrenos possível, com testadas de 4 a 8 metros, e as casas construídas sem recuos laterais ou frontais. As plantas arquitetônicas encontradas confirmam a pequena largura dos lotes: das cinco casas de meia morada apenas uma excedeu a largura de 7,5m.

Este tipo de implantação no terreno, onde a casa é construída no alinhamento predial, foi característica marcante da paisagem das ruas da cidade de Pelotas na época em estudo. O Código de Construção e Reconstruções de 1915 exigia que assim o fosse, e, havendo recuo frontal, este deveria ser de quatro metros. O código de construções de 1930, que substituiu o antigo, também recomendava o mesmo. Desta forma as chamadas *ruas-corredor* eram comuns, conferindo unidade e continuidade à paisagem. Em algumas áreas da cidade, principalmente naquelas mais distantes do centro comercial e, portanto, da especulação imobiliária, ainda se pode perceber esta característica.

As transformações na forma de construir estavam acontecendo, segundo Reis Filho (1970, pg.74), desde o final da escravidão, motivadas por avanços tecnológicos e sócio-econômicos. As construções começaram a ser liberadas dos limites do terreno, aparecendo os recuos laterais ajardinados e as entradas laterais.

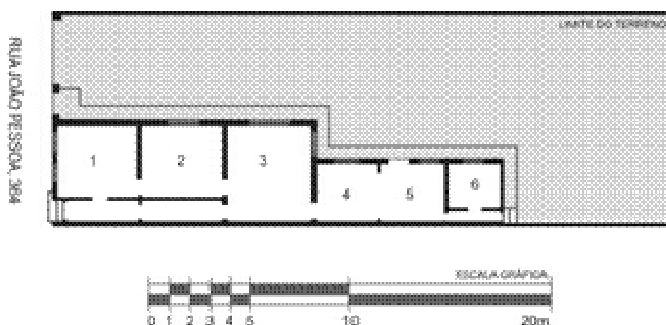


Figura 18: Planta baixa da residência à rua João Pessoa 364. 1 e 2- quarto; 3-sala de jantar; 4-copa; 5-cozinha; 6-banho. Testada = 10,45m. Fonte: Arquivo SMU

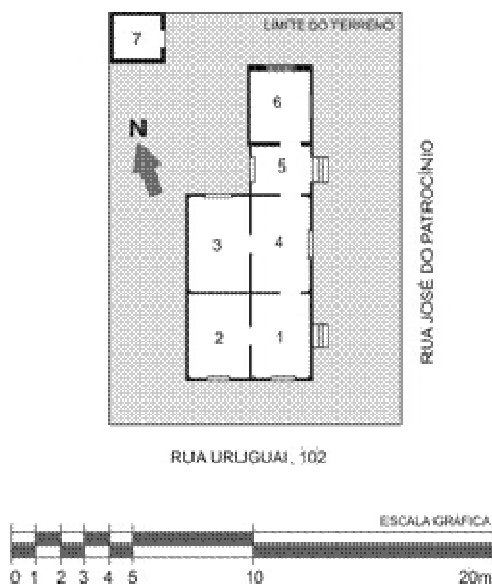


Figura 19: Planta baixa da residência à rua Uruguai, 102. 1-sala; 2 e 3-quarto; 4-varanda; 5-passadiço; 6-cozinha; 7-banho. Testada = 12m. Data: 1926. Fonte: Arquivo SMU

O projeto da casa situada à rua João Pessoa, nº 364, datado de 1948 mostrou uma casa com recuo lateral. Mas neste caso, a porta de entrada continuou no alinhamento predial e a distribuição das peças permaneceu a mesma das casas de meia morada construídas nos limites do terreno.

Chalés

Quatro das dez plantas encontradas apresentavam projetos de chalés, dois deles datados da década de 20, um da década de 30 e outro da de 48. Pelas plantas podemos analisar uma distribuição interna semelhante. Nas três mais antigas, a sala e o(s) quarto(s) estavam na parte da frente da casa, construída em madeira, ligando-se à cozinha (de alvenaria) por um passadiço.

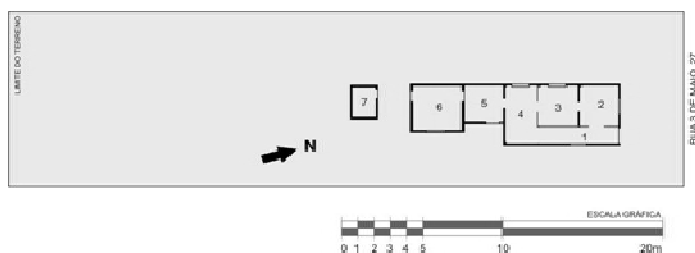


Figura 20: Planta baixa da residência à rua 3 de Maio, 27. 1-corredor; 2-sala; 3-quarto; 4-varanda; 5-passadiço; 6-cozinha; 7-WC. Testada = 12m. Data: 1926. Fonte: Arquivo SMU

Enquanto nas casas de meia morada o banheiro fazia parte da casa (com exceção da planta mais antiga, de 1917 – figura 13), nos quatro chalés o banheiro era construído fora do corpo da casa. Na planta do chalé situado à rua Dona Mariana nº 15, sequer aparece a representação desta peça.

Talvez a localização do banheiro se desse desta forma devido à legislação da época: conforme o capítulo VI, art. 120, § 2º do Código de Construções de 1930, as edificações que fossem construídas fora da zona servida por esgoto estavam obrigadas a ter o compartimento destinado à *latrina* afastado dos demais compartimentos.

Além de regular a localização do banheiro, o código estabelecia outras regras para a construção de casas de madeira:

não poderiam ser construídas dentro da zona servida por esgoto, e deveriam ser construídas isoladas no terreno, com recuo frontal de quatro metros e afastadas três metros das divisas do terreno. O compartimento destinado à cozinha deveria ter paredes de alvenaria, e a casa deveria estar pelo menos 60 centímetros acima do solo.

Entre as casas estudadas, apenas a casa situada na rua Dona Mariana (figura 22) não apresentava a cozinha com paredes de alvenaria.

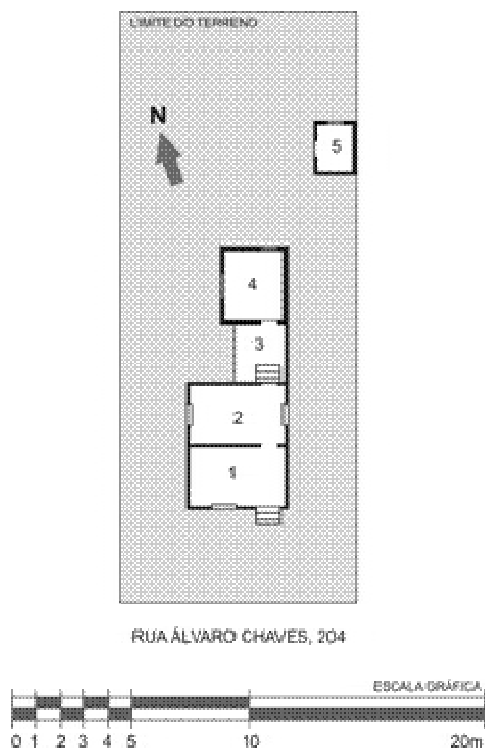


Figura 21: Planta baixa da residência à rua Álvaro Chaves, 204. 1-sala; 2-quarto; 3-passadiço; 4-cozinha; 5-WC. Testada = 10m. Data: 1936. Fonte: Arquivo SMU

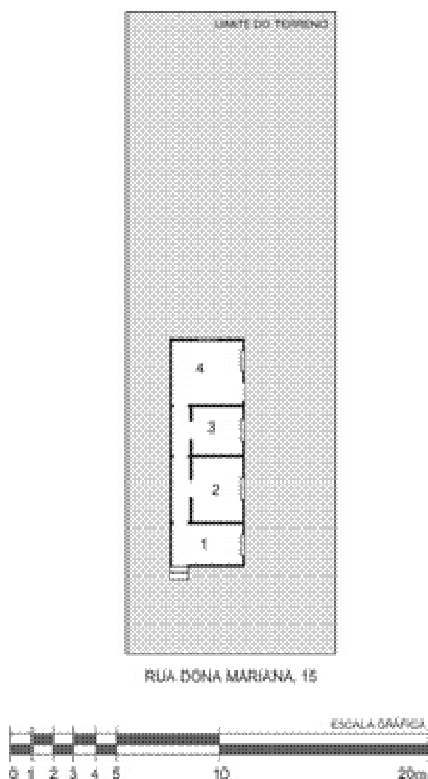


Figura 22: Planta baixa da residência à rua Dona Mariana, 15. 1-sala; 2 e 3-quarto; 4-cozinha. Testada = 10m. Data: 1948. Fonte: Arquivo SMU

O projeto da casa situada na rua Garibaldi, 118 apresentou uma peculiaridade: a planta trazia o projeto de um chalé nos fundos de um terreno onde já havia uma casa, conforme mostra a figura 23. Os operários que residiam neste endereço eram Asta Carolina e Amélia Ana Albenseth, Fernando Xavier da Silva, Maria Silva, Regina Campelo, Maria Belém Silveira, Janira Rodrigues Pereira e Alzira Silveira Ribeiro.

Pelos nomes acima citados, pode-se concluir que não se tratava de uma família. Asta Carolina e Ana Amélia, de 24 e 22 anos respectivamente, provavelmente eram irmãs. Da mesma forma,

Fernando e Maria Silva. Os outros nomes não evidenciaram parentes. O estado civil de Regina e de Maria Silveira estava registrado como 'casada'. Os demais eram solteiros.

Talvez o proprietário da casa na frente do terreno tenha construído o chalé nos fundos para alugar peças. Pode-se supor também que as duas casas fossem de aluguel, e estes oito operários e seus familiares, ocupassem as duas casas.

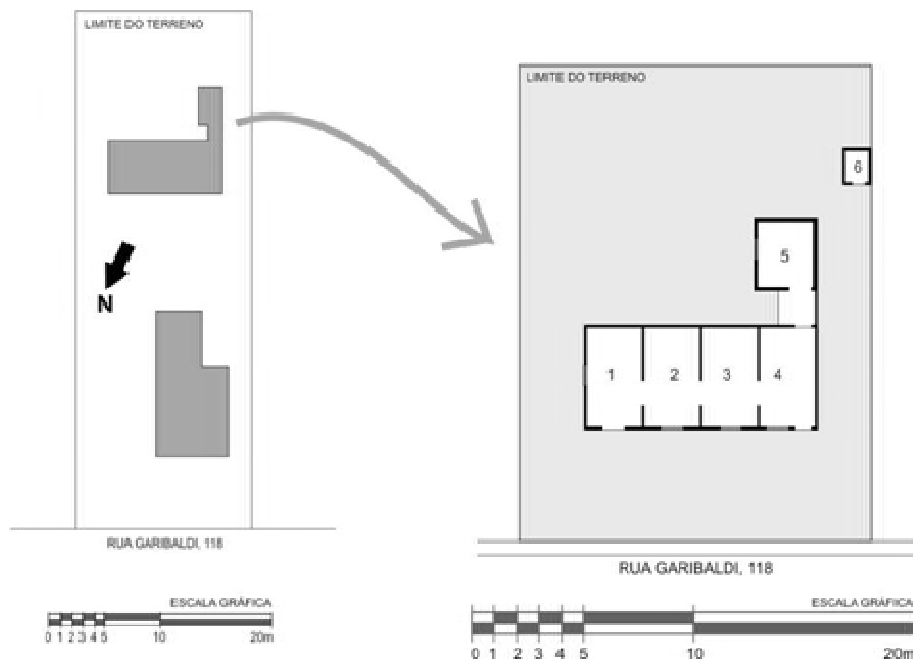


Figura 23: Planta baixa da residência à rua Garibaldi, 118. 1-sala; 2 e 3-quarto; 4-sala de jantar; 5-cozinha; 6-WC. Testada = 10m. Data: 1922. Fonte: Arquivo SMU

O chalé apresentado no projeto tinha uma sala, dois quartos, uma sala de jantar e uma cozinha. O banheiro estava isolado da casa, como se observou nos outros chalés. Percebe-se que o espaço era pequeno para acomodar oito pessoas que não eram da mesma família.

As casas de operários analisadas tinham em comum o número reduzido de quartos. Três delas contavam com apenas um, e as outras tinham dois quartos. Se levarmos em conta os dados apresentados por Jardim (2002, p. 4), que deram conta de que o número médio de filhos por mulher na década de 50 era de cinco, teremos uma família média de sete pessoas.

Talvez fosse este o caso da família Medeiros. Entre os registros do Sindicato, foram encontrados Eva, Hernandez, Gilca, Jaci e Nair Medeiros residindo na rua Almirante Barroso, número 14. Neste mesmo endereço morava Zilda Braga dos Santos. Todos trabalhavam na fábrica Fiação e Tecidos Pelotense. Os cinco primeiros eram solteiros e estavam entre os 18 e os 28 anos. Zilda era casada e tinha 32 anos. Embora não se tenha encontrado a planta desta casa, pode-se crer que estivesse dentro do padrão de casa encontrado.

Da família Farias, que residiu na rua João Pessoa, 427 (figura 17), três operárias trabalhavam na Fiação e Tecidos Pelotense. Idília (21 anos), Maria Dalva e Natália (27 anos) eram provavelmente irmãs. Talvez morassem com os pais, constituindo uma família de cinco pessoas, se não levamos em consideração algum irmão ou irmã que não trabalhasse na fábrica, ou algum parente mais velho que pudesse morar junto com a família. A casa onde moravam tinha dois quartos.

Mesmo no caso das casas de um ou dois quartos abrigarem a mesma família, o número de compartimentos parece não ser suficiente para comportar as famílias da época.

VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO OPERÁRIO EM PELOTAS

Um dos questionamentos feitos no início do trabalho dizia respeito à valorização atual das casas onde viveram os operários estudados. Constavam da listagem do Inventário do Patrimônio Cultural de Pelotas? Estavam sendo conservadas?

Para responder a este questionamento, recorreu-se à Diretoria de Memória e Patrimônio Cultural (DIMPAC), da Secretaria Municipal de Cultura que vem trabalhando com o patrimônio arquitetônico da cidade, e que mantém o processo de registro de todos os prédios inventariados.

Em 2000, em Pelotas, foi criada a Lei Municipal nº 4568, que estabeleceu, no perímetro urbano da cidade, Zonas de Preservação

do Patrimônio Cultural e listou os bens arquitetônicos de interesse cultural que pertenciam a essas zonas.

Analisando a relação de prédios inventariados, encontramos alguns endereços que constavam dos registros do Sindicato de Empregados das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Pelotas. De um total de cerca de 1600 prédios¹² listados, eles somam **35**. Destes, encontramos a planta arquitetônica de apenas quatro na SMU.

Observando a figura 24, que mostra as Zonas de Proteção do Patrimônio Cultural e a espacialização dos endereços do Sindicato dos empregados das fábricas de Fiação e Tecidos de Pelotas, concluímos que a zona onde mais se concentraram os endereços operários ficou dividida entre a ZPPC do Porto e na área acima dela, que não pertence a nenhuma das quatro zonas de proteção.

¹² Conforme a Secretaria Municipal de Cultura, “existem 2.091 imóveis cadastrados na prefeitura, sendo que alguns caracterizam-se por fazer parte de um mesmo prédio com várias unidades imobiliárias. O número de prédios inventariados fica em torno de 1.600.” Diário Popular, 24/02/2005.

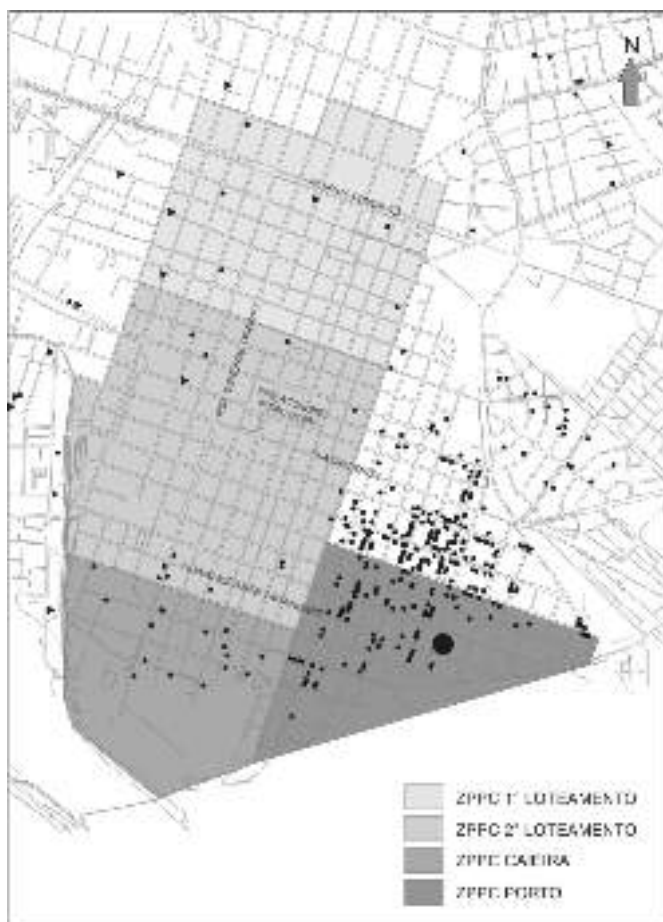


Figura 24: Localização das Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural, estabelecidas pela Lei Municipal 4568/2000.

Em 2002, a Lei Municipal 4878 proporcionou um benefício aos proprietários dos bens inventariados: a manutenção constante da fachada e da volumetria do imóvel isentou os proprietários do pagamento do IPTU. Isto fez com que, ao longo destes quatro anos, víssemos como que ressurgir na paisagem da cidade inúmeros prédios, que com o incentivo da Lei, estão recebendo manutenção de fachadas e telhados.

Na figura a seguir estão exemplos de casas inventariadas que constavam no Livro de registros do Sindicato de Empregados das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Pelotas como endereços de operários. Pode-se perceber que, com a lei, as casas têm recebido pintura nas fachadas, o que em certos casos, como no da rua Dom Pedro II, 261, proporciona que detalhes de massa que ornamentam a fachada reapareçam.

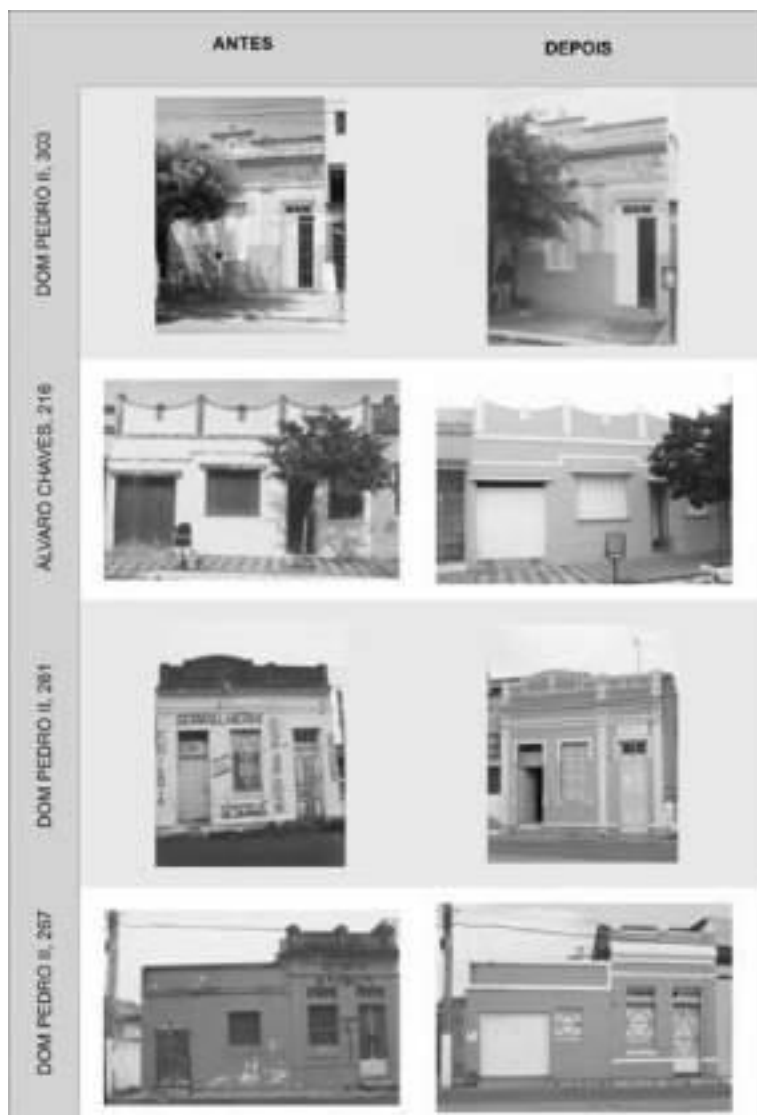


Figura 25: Antigas casas de operários, hoje protegidas pelo Inventário do Patrimônio Cultural de Pelotas. Fonte: Secretaria Municipal de Cultura.

Da mesma forma o prédio onde um dia funcionou a Companhia Fiação e Tecidos Pelotense faz parte do Inventário do Patrimônio Cultural. O imponente complexo que reuniu centenas de operários durante seus turnos de trabalho vem sendo conservado por uma empresa do ramo de bebidas que está hoje alojada em parte das antigas instalações.

O conjunto formado pela fábrica e pelas antigas casas de operários pelotenses está permeado de valores. Valor histórico, pois revela o modo de viver e trabalhar daqueles operários, além de demonstrar maneiras de construir que hoje já não são utilizadas; valor cultural, pois proporciona subsídios para o reforço da identidade social, representam o espaço construído por um grupo da sociedade; valor cognitivo, pois permite transmitir às futuras gerações conhecimento e aprendizado sobre o processo de produção têxtil e sobre a relação dos operários com o espaço. (LACERDA, 2003)

Nesse sentido, preservar não só a fábrica, mas seus espaços internos e seu entorno, onde estão as casas dos operários, torna-se importante para a formação cidadã, pois “pode suprir carências de memória popular, desprovida da profundidade histórica presente em documentos, símbolos e demais representações restritas a intelectuais” (KOHLSDORF, 2005).

CONCLUSÕES

Através do Livro de Registros do Sindicato de Empregados das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Pelotas, foi possível tecer vários tipos de relações entre os operários. Como os registros anotados trazem dados pessoais de cada trabalhador, como seu estado civil, idade, endereço, é possível trabalhar com pessoas, e não apenas com números. Pode-se espacializar os endereços destes trabalhadores na malha urbana da cidade, reconhecer os lugares onde mais se concentravam, observar relações familiares.

Um dado que o livro fornece e que neste trabalho não foi utilizado são os números das carteiras de trabalho da maioria dos operários. Estas informações poderão ser sistematizadas e pesquisadas, podendo-se então estudar, entre outras coisas, os salários e o tempo de permanência destes trabalhadores na fábrica.

Analisando os operários e o espaço da produção, observou-

se homens e mulheres ritmados pelas máquinas. A fábrica de fiar e tecer tinha no seu processo de produção a máquina como chefe. O ritmo de trabalho era por ela ditado, e o trabalho consistia em alimentá-la e vigiar seu funcionamento. Se a matéria-prima terminava, o operário precisava de agilidade para a reposição, pois no caso da fiação e da tecelagem, seu ganho era por peça produzida, e conseqüentemente o atraso era um fator de diminuição de seu salário. A agilidade também devia ser acompanhada de atenção. Defeitos na peça produzida eram detectados pelo setor de revisão, e também influenciavam na perda de alguma porcentagem do salário.

A maior parte do contingente operário da fábrica têxtil era composta por mulheres, mas a tarefa de chefia era sempre direcionada a homens. Cada setor tinha um mestre e vários contra-mestres, que nos registros do sindicato apareceram sempre como cargos invariavelmente masculinos. Assim também ocorreu com os operários estrangeiros. Havia homens e mulheres estrangeiros trabalhando. Alguns homens tinham cargos de chefia e outros trabalhavam em cargos simples. Mulheres estrangeiras estavam na mesma situação das operárias brasileiras: ocupavam cargos para os quais não era necessária a especialização, como tecelãs, fiandeiras, serventes, revisoras. Os homens estavam ainda imbuídos de funções que exigiam maior qualificação ou força muscular.

Foi observado um grande número de ocupações estritamente masculinas, em oposição ao pequeno número de funções femininas, o que indicou a chamada sexualização das funções.

Os operários eram na maioria jovens, entre 16 e 30 anos. Menores de 16 anos não foram encontrados nos registros do sindicato, mas conforme o relato dos antigos operários, havia menores, recebendo a metade do salário dos adultos, e trabalhando a mesma carga horária.

O ambiente de trabalho era insalubre. Calor e umidade, pó e felpas de algodão pelo ar, falta de equipamentos de segurança, barulho constante.

Os horários de trabalho eram rígidos, e as pausas vigiadas. O barulho das máquinas não permitia conversas durante o trabalho. Mais uma vez, a máquina cadenciando o ritmo.

Observando o mapa que espacializa os endereços operários na malha urbana, percebeu-se que era perto da fábrica que eles se concentravam. Provavelmente assim acontecia porque a fábrica não

fornecia subsídio para o transporte até o trabalho.

Como as fábricas de maior volume de operários, Fiação e Tecidos Pelotense e Laneira Brasileira, estavam localizadas fora do centro da cidade, também os operários estavam nas periferias. No caso dos operários da Fiação e Tecidos Pelotense, os que se concentravam na área da várzea provavelmente sofriam com alagamentos, pois esta zona da cidade encontra-se em cota de nível mais baixa.

Em relação às casas onde viviam estes trabalhadores, observou-se similaridades que dividiram as dez casas analisadas em dois grupos tipológicos: casas de meia morada – entre estas algumas geminadas, apontando para a conclusão de casas de aluguel – e os chalés.

As plantas mostraram casas pequenas, de um ou dois quartos, e, observando os dados estatísticos da época, concluímos que o espaço da casa era reduzido para o tamanho médio das famílias.

Com os dados registrados em cada planta, chegou-se à conclusão de que os operários que nelas residiam não eram os proprietários, e que talvez alugassem a casa de proprietários que tinham nas 'casas de renda' sua forma de investimento.

Uma questão importante a ressaltar é a de que as plantas encontradas tiveram responsáveis técnicos pelos projetos, o que fica demonstrado na qualidade das fachadas - no seu requinte estético - e na distribuição dos espaços internos. Talvez estas fossem algumas das melhores casas de operários. Provavelmente outros morassem em habitações mais precárias do que as aqui apresentadas, mas que sem o registro das plantas fica hoje impossível analisar.

A preocupação com a preservação deste patrimônio construído de valor histórico e cultural levou à análise do cruzamento da listagem do Inventário do Patrimônio Cultural de Pelotas com a dos endereços dos operários. A partir desta análise, observou-se que de alguma forma existe um interesse público em manter bens que pertenceram a esta parcela da comunidade pelotense. Mesmo assim, grande parte das casas antigamente habitadas pelos operários aqui estudados permanece fora das Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural instituídas por lei municipal. Nem mesmo o prédio da empresa Laneira Brasileira faz parte da listagem dos bens do Inventário. Estes dados levaram a

concluir que muito ainda se tem que percorrer para alcançar a valorização deste patrimônio, importante auxiliar na manutenção da memória coletiva e da identidade da zona do Porto e de seus moradores, descendentes ou não dos antigos operários das fábricas de fiação e tecelagem.

REFERÊNCIAS

A) Fontes primárias Fontes Manuscritas

COSTA, Alfredo R. da. *O Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1922.

Diário Popular, Pelotas, 16 jul 1908, p.2.

Diario Popular, Pelotas, 18 jun 1918, p.2.

Diario Popular, Pelotas, 6 jan 1921, p.2

Diário Popular, Pelotas, 24 fev 2005 (Lei municipal para imóveis inventariados beneficia proprietários enquanto embeleza a cidade).

DOMECQ' & CIA, Monte. **O Estado do Rio Grande do Sul**. Barcelona: Estabelecimento Graphico Thomas, 1916.

PELOTAS, **Lei Municipal 4568**, 2000.

PELOTAS, **Lei Municipal 4878**, 2002.

PELOTAS. **Código de Construções e Reconstruções de 1915**. Pelotas: Oficinas tipográficas da Fábrica Guarany, 1920.

PELOTAS. **Código de Construções**. Pelotas: Oficina Tipográfica Diário Popular, 1930.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. Instituto de Ciências Humanas. Núcleo de Documentação Histórica. **Livro de Registro de sócios do Sindicato de Empregados das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Pelotas**. 1946.

Plantas arquitetônicas

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO. **Plantas Arquitetônicas**, ns. 103/26., 160/22, 201/46, 219/48, 220/51, 23/48,

24/36, 262/28, 35/17 e 48/26. Originais.

Fontes orais

PLÁ, Danilo. **Entrevista** sobre o trabalho na fábrica Fiação e Tecidos Pelotense. Pelotas, 22 mai 2006. Entrevista feita por Cíntia Vieira Essinger.

PLÁ, Maria. **Entrevista** sobre o trabalho na fábrica Fiação e Tecidos Pelotense. Pelotas, 22 mai 2006. Entrevista feita por Cíntia Vieira Essinger.

PLÁ, Paulo. **Entrevista** sobre o trabalho na fábrica Fiação e Tecidos Pelotense. Pelotas, 22 mai 2006. Entrevista feita por Cíntia Vieira Essinger.

B) Fontes secundárias

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5452 de 1º de Maio de 1943.** Consolidação das leis do trabalho. Disponível em:

<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/10/1943/5452.htm#T4>
Acesso em: 21 mai. 2006.

BRUSCHINI, M. e ROSEMBERG, F. A mulher e o trabalho. In: BRUSCHINI, M e ROSEMBERG, F. (org). **Trabalhadoras do Brasil.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982. p.9-22.

CORONA, Eduardo. LEMOS, Carlos A. Cerqueira. **Dicionário da arquitetura brasileira.** São Paulo, Edart, 1972.

GUTIERREZ, Ester J.B; SANTOS, Carlos Alberto; ESSINGER, Cíntia Vieira; RIBEIRO, Juliana. **Histórico da casa do Senador Joaquim Augusto de Assumpção:** do final do século XIX ao início do XXI. Pelotas. RS. 2005. 96 fls. Relatório de Pesquisa. UFPel, Pelotas. Trabalho não publicado.

JARDIM, Maria de Lourdes Teixeira. **Evolução da população do Rio Grande do Sul.** Disponível em: http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/eeg/1/mesa_6_jardim.pdf. Acesso em 19 mai 2006.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **Patrimônio cultural e preservação da**

identidade dos lugares. Disponível em: <<http://www.arquiteturarevista.unisinos.br/index.php?e=2&s=9&a=7>> . Acesso 26 abr 2006.

LACERDA, Norma. **Os valores das estruturas ambientais urbanas: considerações teóricas.** Disponível em: <<http://www.ceci-br.org/distancia.html>>. Acesso 12 set.2003.

MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim de. **Protomodernismo em Pelotas.** Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 2005.

MOURA, R. e SCHLEE, A. R. **100 Imagens da Arquitetura Pelotense.** Pelotas: Pallotti, 1998.

PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e Trabalhadoras:** presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 1970.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930).** São Paulo: Ed. HUCITEC, 1988.

SILVA, Maria Amélia Gonçalves da. **Rompendo o silêncio:** mulheres operárias em Pelotas e Rio Grande (1890-1920). Dissertação de mestrado, Curso de Pós-Graduação em História – PUC-RS, 1998.

VAUTHIER, L. L. Casas de residência no Brasil. In: (Ed.). **Arquitetura Civil I.** São Paulo: FAUUSP / MEC-IPHAN, 1975. Casas de residência no Brasil, p. 1-94.

ABSTRACT: The Register Book from The Union of Employees in Weaving and Wiring Factory means so important tool for those who aim study the workers in Pelotas at 1940/1950 century. This data allowed to uncover relations that, as a fabric, weaved workers lives, as in factory environment as at home and town. The present work discloses data from young people working hard, under watch and in unhealthy environments. The workers majority was female and employed by male bosses. The factory in control of workers' time and space: social control. Workers used to live closer to each other, near the factories place.

Key words: Factory workers, Employees Union, textile production, Cultural Heritage